

## PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

1 Ata da 47ª Reunião Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2021

2 Aos 22 de abril de 2021, às 13h e 30 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio  
3 Grande - CBH GD2 realizou a 47ª Reunião Ordinária do ano de 2021 e a 3ª Reunião de  
4 Trabalho, por Videconferência pela plataforma jit-si meet. Participaram online os seguintes  
5 conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público Estadual: Márcio Heitor  
6 Stelmo da Silva (SES/MG), Reginaldo da Silva Alves (IEF), Erivelton Resende (Epamig),  
7 Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM), José Jorge Pereira (IGAM); Representantes do Poder  
8 Público Municipal: Gustavo Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras),  
9 Washington Ângelo de Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei), Paulo Henrique  
10 Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí), Matheus Augusto de Oliveira Alves  
11 (Prefeitura Municipal de Nepomuceno), Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:  
12 Lucas Passos de Souza (SAAE-Oliveira), Robson Rodrigues Carneiro (LafargeHolcim S.A.),  
13 Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração), José Eli de Souza (COPASA), Deivid  
14 Lucas de Oliveira (FIEMG), Representantes de Entidades da Sociedade Civil: Sálvio de  
15 Macedo Silva (UFSJ), Adriano Valério Resende (Ong IRIS), Convidados (as): Thaís Lopes  
16 (IGAM), Wagner Antunes de Oliveira (IGAM), Renata Fabiane Alves Dutra (Diretora Regional  
17 de Regularização Ambiental - Supram SM/Semad), Marina Ferreira de Melo (Gestora  
18 Ambiental na Unidade Regional de Gestão das Águas do Sul de Minas – Urga SM/IGAM),  
19 Danúbia Cardoso (URGA Supram SM), Fabrício Silva (Coordenador Ambiental da Indústria  
20 de Cal SN Ltda.), Ricardo Luiz Malta Pena (Engenheiro de Minas da Rocca Engenharia  
21 Mineral). A pauta da reunião contou com os seguintes pontos: 1) Abertura, verificação do  
22 quórum pelo Presidente e inserção de dois novos pontos de pauta na reunião; 2) Aprovação  
23 da Ata da 46ª Reunião Ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2021; 3) Discussão sobre  
24 a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos: apresentação da convidada  
25 Thaís Lopes (IGAM); 4) Deliberação Normativa Nº 33 de Outorga do processo Nº 03472/2020  
26 da Indústria de Cal SN LTDA; 5) Comentários e alinhamento da CTOC com relação à agenda  
27 de reuniões sobre a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia,  
28 Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Coordenador da CTOC; 6) Deliberação Normativa Nº 32  
29 da Recomposição da CTOC – Câmara Técnica de Outorga e Cobrança com a deliberação de  
30 integração de dois novos membros; 7) Discussão sobre a obrigatoriedade de que sejam  
31 realizadas visitas técnicas, pela CTOC, nas localidades dispostas nos processos de outorga,  
32 que forem encaminhados para deliberação do Comitê de Bacia Vertentes do Rio Grande; 8)  
33 Assuntos Gerais: Encerramento. Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo Presidente  
34 do Comitê, Gustavo Alvarenga Rodrigues, que comentou a respeito da pauta da reunião e  
35 posteriormente fez o agradecimento à presença de todos. Ele solicitou aos participantes a  
36 inserção de dois novos itens de pauta na reunião que assim foi feita. Logo após passou-se

37 para o 2º item da pauta, a aprovação da Ata da 46ª Reunião Ordinária. Ele sugeriu aos  
38 participantes que se dispensasse a leitura da mesma, pois todos haviam recebido a ata em  
39 tempo hábil. Se tivessem alguma retificação, acréscimo que se manifestassem. Ele pediu à  
40 plenária que votasse pela aprovação da ata que foi feita por unanimidade. Prosseguindo a  
41 reunião seguiu-se para o 3º item da reunião: Discussão sobre a Implementação da cobrança  
42 pelo uso dos recursos hídricos: apresentação feita pela convidada Thaís Lopes (IGAM). Ela  
43 iniciou sua palestra fazendo comentários sobre as reuniões realizadas anteriormente sobre a  
44 discussão da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos com representantes  
45 dos comitês do Grande. Nestes encontros ficou decidido que as discussões iriam continuar  
46 integradas, de forma conjunta nos mesmos moldes dos grupos de Trabalho. Disse que depois  
47 seriam realizadas reuniões com representantes das Câmaras Técnicas dos oito (8) GDs para  
48 discussão de matérias mais técnicas, uma oportunidade muito boa para alinhar alguns  
49 conceitos, trazer as decisões discutidas e algumas mudanças nos normativos sobre a  
50 cobrança. Recentemente tivemos a publicação do Decreto Nº 48.160/2021 que regulamenta,  
51 consolida a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e da Deliberação Normativa Nº 68/2021  
52 que estabelece as diretrizes para implantação da cobrança dos recursos hídricos no Estado.  
53 Falou também das capacitações disponibilizadas no ano passado pelo SISEMA (Trilhas do  
54 Saber) que traz os conceitos mais gerais sobre este instrumento de gestão da Lei Nº  
55 13.179/1999. Citou outras Leis e Decretos como a Lei Nº 13.199/1999 que institui a cobrança  
56 no Estado, o Decreto Nº 44.046/2005 que regulamenta a cobrança, a Resolução conjunta  
57 SEF/SEMAD/IGAM Nº 4.179/2009 que dispõe sobre os procedimentos de cobrança pelo uso  
58 dos recursos hídricos e o Decreto Nº 47.860/2020 que estipula os prazos para implementação  
59 da cobrança no Estado. Sobre o Decreto 48.160 citou os artigos referentes à metodologia  
60 para implementação da cobrança, formas de pagamentos estipuladas, os usuários  
61 outorgados e os isentos de pagamentos, valores de outorgas, captações, atualização de  
62 tarifas e sobre apuração do exercício anterior para cobrança, a responsabilidade de obtenção  
63 do DAE para pagamento, revisões e restituições de cobranças indevidas. Apresentou as  
64 tabelas referentes à cobrança sobre volume outorgado de captação, volume medido de  
65 captação e carga poluidora lançada. Comentou também sobre as zonas de criticidade e  
66 classificações, áreas de conflito (DAC), disponibilidade hídrica, finalidades, Preços Públicos  
67 Unitários (PPU) para captação e consumo, Demandas Bioquímicas de Oxigênio (DBO) e  
68 finalizando as tabelas mostrou os valores de cobrança para os segmentos: usuários,  
69 agropecuária, saneamento, rebaixamento de mineração, lançamento de efluentes e demais  
70 finalidades. E por fim, apresentou o cronograma de implementação dos comitês com os  
71 prazos para instituição dos Grupos de Trabalho, discussões, estruturação e recomposição das  
72 Câmaras Técnicas, elaboração das minutas de Deliberações Normativas e Deliberações  
73 Plenárias. O Presidente Gustavo agradeceu a convidada dizendo que a apresentação foi  
74 muito didática e significativa. Ressaltou dois pontos: a importância de se atualizar as  
75 informações de cada outorga e o apoio do IGAM com relação à metodologia e a escolha da

76 entidade equiparada. Ela agradeceu e disse que foi uma apresentação com idéias mais  
77 gerais e que se colocava à disposição do comitê no decorrer das discussões. O conselheiro  
78 Eduardo (IGAM) comentou a respeito da apresentação dela dizendo que a seqüência é  
79 introdutória, mas é muito complexa. Não é um assunto simples de se resolver. Não nasce de  
80 uma discussão básica, tem muitas questões que derivam dessa inicial, a cobrança. A questão  
81 de lançamento de efluentes, o enquadramento de corpos de água, a regulamentação de  
82 outorgas que estão todos ligados um ao outro. Um trabalho que tem uma dedicação muito  
83 grande do IGAM, nestes anos todos, um trabalho de longo tempo por conta do Decreto com  
84 muita urgência para poder implementar em todos os comitês a cobrança. Ter esse  
85 instrumento é um agente importante para a questão da educação no uso do recurso hídrico,  
86 mas também a sustentabilidade do sistema em ação. Os efeitos que isso tem quando se  
87 consegue implementar e colocar para funcionar. Eu tenho dito isso no comitê e vou reiterar  
88 que infelizmente um comitê tão importante quanto o Grande, a gente ainda não ter chegado  
89 nisso é muito ruim. Eu tenho certeza de que quando começar a rodar vocês vão ver outra  
90 realidade. O conselheiro Deivid (Fiemg), coordenador da CTOC, também agradeceu a  
91 convidada pelo apoio e disse que pela análise que a gente tem feito nestes dois últimos anos  
92 e agora com a gestão feita por ela e a equipe, eu posso garantir que a cobrança evoluiu muito  
93 no Estado. E este desafio é muito grande, além do Decreto que regulamenta e da DN que  
94 estabelece diretrizes de se implementar a cobrança em todo o Estado, do apoio aos comitês  
95 e do excelente trabalho realizado contamos com o apoio nos próximos meses para a  
96 discussão e definição da nossa metodologia e valores de PPU. Em seguida passou-se para o  
97 4º ponto da reunião: a Deliberação Normativa Nº 33 de Outorga do processo Nº 03472/2020  
98 da Indústria de Cal SN LTDA. O Presidente passou a palavra para a gestora da URGA,  
99 Marina Ferreira de Melo que fez uma explanação em linhas gerais sobre o Relatório Técnico  
100 do empreendimento referente à captação de água subterrânea para fins de rebaixamento de  
101 nível de água de mineração. Citou informações complementares solicitadas no relatório  
102 técnico e apresentadas pela empresa sobre levantamento de usuários na área de influência  
103 com 5 ocorrências de água na área do empreendimento, sendo de 4 surgências e um poço  
104 tubular, todos do mesmo proprietário, cerca de 280 m da cava da mina. Também relatou  
105 sobre a periodicidade do fluxo nessas surgências que são intermitentes. Não existem cursos  
106 d'água no entorno. A única drenagem encontrada recebe toda a água das surgências.  
107 Segundo o relatório técnico, o volume acumulado na cava é oriundo de precipitações  
108 pluviométricas e fraturas nos taludes. Não observaram uma surgência no fundo da cava.  
109 Falou do sistema e do tempo de bombeamento, da vazão a ser utilizada nos períodos de  
110 chuvas e de estiagem, do uso da água para a limpeza da usina de concreto, na umidificação  
111 das vias e na planta de britagem. Também relatou sobre o programa de monitoramento das  
112 vazões, da instalação de pluviômetro e medições mensais lançados em planilhas e enviadas  
113 periodicamente para a URGA para análise de impactos ambientais do empreendimento. A  
114 seguir ela perguntou se alguém teria algum questionamento. O conselheiro Reginaldo (IEF)

115 pediu a palavra e relatou sobre a justificativa de abstenção do seu voto na 2ª Reunião da  
116 CTOC. Ele questionou dizendo que não seja sobre o empreendimento em si, mas na CTOC  
117 me abstive de votar por questões de ainda não ter um estudo de diagnóstico da bacia com a  
118 delimitação das áreas com definição, como prevê a Lei 13.199 do Estado, previsto o uso  
119 múltiplo, prioridade. São poucas informações sobre a disponibilidade hídrica, águas  
120 subterrâneas, superficiais, por isso me abstive, mas o parecer está muito bem feito. O que eu  
121 vou relatar, se já está previsto, deixo para o comitê e plenária. Não sei se é viável. Estamos  
122 para debater. Recentemente a UFLA teve um pedido negado pela Prefeitura de Lavras sobre  
123 o uso racional de recursos hídricos em uma área que fica há 3 km em linha reta. Vou só  
124 contextualizar por que a gente pode contribuir com essa articulação e de certa forma se existe  
125 algum tipo de suporte ou ação de compensação desse rebaixamento. A UFLA pediu que a  
126 Prefeitura restringisse o parcelamento de solo numa área de recarga com sub-bacia, que é  
127 fundamental para o abastecimento da Universidade, numa área de 60 hectares e a prefeitura  
128 negou essa restrição, ou seja, essa adequação do plano diretor para a proteção desse  
129 manancial. O que eu estou querendo dizer é, porque no comitê ou dentro do licenciamento  
130 como que a gente não tem essa informação de disponibilidade hídrica sobre águas  
131 superficiais, volume, quantidade considerável se a gente pensar em vazão que vai ser  
132 retirada, ainda que não saiam de contribuições da cava, mas ainda estão saindo 6500 m<sup>3</sup>. Eu  
133 deixo para plenária que precisa avaliar qual o papel do comitê em termos de água e do  
134 COPAM em questão de licenciamento ambiental. Por que a gente não pode fazer uma certa  
135 compensação? O Coordenador da CTOC Deivid pediu antes da resposta da gestora para  
136 fazer a explanação sobre a outorga. Fizemos a reunião e discutimos sobre o processo de  
137 outorga. Qual é o nosso papel no âmbito do comitê de acordo com a Deliberação Normativa?  
138 É analisar quais diretrizes que estão estabelecidas no PDRH. Nós não temos nenhuma  
139 diretriz específica para rebaixamento no Plano Diretor. O único ponto que o plano traz em  
140 termos de disponibilidade hídrica é: “a bacia do Rio das Mortes possui uma grande  
141 potencialidade de reserva explorável”. Com base nisso, na linha de raciocínio do IGAM, que  
142 apresentou o parecer, que só eles é que têm acesso a todos os estudos técnicos para nos  
143 subsidiar e dar o parecer favorável ou não no processo de outorga. O parecer da CTOC é  
144 favorável ao rebaixamento. Só tivemos uma abstenção do Reginaldo e os demais foram  
145 favoráveis ao deferimento. Não têm condicionantes. Não cabe ao comitê estabelecer  
146 condicionantes, mas sugerir, recomendar alguma condicionante que seja vinculada ao  
147 licenciamento ambiental. O Presidente Gustavo declarou que achou pertinente a colocação  
148 do Reginaldo porque a expansão da lavra é para o subsolo, ou seja, não é para leste/oeste,  
149 o rebaixamento do lençol é justamente a área a ser explorada. Eu achei bem interessante,  
150 assisti a audiência pública da Indústria de Cal SN LTDA e o representante do Ministério  
151 Público, se não me engano, se chama Rodrigo Brasil, declarou que seria interessante que a  
152 Supram verificasse condicionantes para melhor acompanhar essas atividades num cenário  
153 mais abrangente. O conselheiro Reginaldo retomou a sua fala. Como eu havia dito, vocês

154 tratam do parecer e as condicionantes, se existe algum tipo de compensação dentro do  
155 licenciamento? Eu vejo o conflito de uma Universidade que foi negado uma área  
156 importantíssima para que mantenha a vazão. Ao mesmo tempo a gente está deliberando  
157 sobre rebaixamento. Não me sinto confortável. Você tem conhecimento ou algo que  
158 compense esse rebaixamento semelhante ao que eu citei? A Gestora Marina respondeu  
159 dizendo que semelhante a compensação não. O que a gente avalia depois nos relatórios  
160 anuais é se vai ter o impacto no entorno, na área de influência. Se eventualmente for  
161 verificado algum impacto no empreendimento, obrigatoriamente, eles têm que mitigar o  
162 impacto. Se for observado no monitoramento que diminuiu a vazão de uma nascente, secou e  
163 se isso foi constatado e ocasionado pelo rebaixamento, a vazão tem que ser destinada para  
164 aquela nascente. Agora uma compensação pelo rebaixamento pela execução igual existe na  
165 Agenda Verde a gente não tem. O conselheiro Eduardo respondeu para o Reginaldo e o  
166 Gustavo sobre a questão de compensação. Quando se trata de licenciamento ambiental  
167 existem medidas compensatórias, mas com a água não existe compensação. Eu não tenho  
168 como recompor água. Eu não retiro água de um lugar e devolvo para outro. Eu não consigo  
169 devolver a água impactada. Eu posso tomar uma atitude de recuperação ambiental. Isso tem  
170 sido objeto de um outro instrumento de gestão de recursos hídricos que é derivado e parceiro  
171 da outorga: a cobrança. Ela é que restitui o recurso da água. Nós temos os instrumentos de  
172 gestão: outorga, enquadramento e a cobrança principalmente. O Reginaldo concordou com o  
173 Eduardo e disse que a gente observa o que está a nossa volta. A sociedade cobra da gente  
174 as coisas práticas e ela está distante por falta de comunicação como também os órgãos. O  
175 plano de bacia não traz nada em relação à compensação. A gente tem que amadurecer. O  
176 Presidente Gustavo retomou a questão das condicionantes que foram citadas na audiência  
177 pública da SN. Seria interessante que a Supram verificasse as condicionantes para melhor  
178 acompanhar essas atividades. O Eduardo respondeu que isso é displicência de todos nós por  
179 não conhecermos as leis, as regras, o plano de bacia e os instrumentos de gestão. Concordo,  
180 perfeitamente disse Gustavo e esperamos contar com a sua capacidade profissional para a  
181 revisão do Plano Diretor. A gestora Marina pediu a palavra para complementar essa questão  
182 de condicionantes na outorga. A gente inseriu no parecer duas propostas de condicionantes:  
183 uma é a execução do programa de monitoramento que a empresa já propôs, os pontos, as  
184 coordenadas e a periodicidade do monitoramento. A segunda condicionante é o relatório  
185 anual consolidado com todos os dados desse monitoramento e também uma interpretação do  
186 que está sendo observado nesse programa de monitoramento. O conselheiro Izaías (AMG)  
187 se manifestou para fazer uma consideração a respeito do parecer técnico da URGA, referente  
188 ao quadro da primeira página de dados de captação e bombeamentos sobre as horas, dias  
189 por mês e volume. No final da última página do parecer cita o volume de 50 m<sup>3</sup> por hora,  
190 durante 24 h por dia, 30 dias por mês, nos meses de outubro a março. Só que nem todos os  
191 meses nesse período têm 30 dias. A informação está correta ou se dá essa disparidade? A  
192 gestora da URGA Marina respondeu que de fato o que a gente leva em consideração é o

193 quadro, porque no SIAM, nos nossos sistemas, geralmente a gente coloca esses 30 dias por  
194 mês. A gente quer dizer que são todos os dias do mês. A gente leva em consideração esse  
195 quadro de início que são todos os dias do mês de outubro a março e nos meses de abril a  
196 setembro são 25 dias do mês. A gente pode deixar essa correção registrada em ata da  
197 reunião do comitê. Em seguida o Coordenador Deivid fez a leitura da Deliberação Normativa  
198 referente ao parecer da outorga feito pela CTOC. O Presidente Gustavo pediu a plenária para  
199 deliberar sobre a votação da outorga que foi aprovada. O conselheiro Sálvio (UFSJ) solicitou  
200 a palavra para fazer considerações sobre a defesa do seu voto na CTOC. Eu votei favorável e  
201 votaria favorável em respeito á CTOC que fez essa análise. Eu gostaria de lembrar a vocês  
202 quando ocorreu o episódio de um pedido de rebaixamento da Mineração Jundu. Quando eu vi  
203 a pauta eu não me manifestei no início, mas o item 7 é de extrema importância nesta  
204 discussão. Vocês se lembram, nós tivemos um pedido da empresa e a CTOC aprovou. Nos  
205 últimos minutos da reunião, compareceu uma senhora que se apresentou como  
206 representante dos moradores do entorno da Mineração Jundu, e explicou claramente sobre  
207 os transtornos que aquela mineração estava causando na localidade. Dentre os inúmeros  
208 danos relatados estava o rebaixamento do nível dos poços artesianos que abastecem a  
209 comunidade próxima a lavra, sendo que naquele momento a CTOC que não realizou uma  
210 visita técnica para avaliar a situação da área da referida mineração, já tinha dado um parecer  
211 favorável para a referida outorga para a plenária que por sua vez já havia aprovado a outorga.  
212 Depois com a intervenção do Eduardo, em outra reunião, em outro ambiente, ele explicou aos  
213 moradores do entorno que eles não eram regularizados e não tinham direito de fazer isso.  
214 Votei mas a gente precisa avançar em relação a essa possibilidade de fazer sempre uma  
215 visita técnica antes da aprovação de um rebaixamento, aprofundar um pouco mais,  
216 principalmente nesses empreendimentos de grande impacto. A gente precisa melhorar essa  
217 nossa participação aqui no conselho para que consiga ver outras questões. A Câmara  
218 Técnica (CTOC) fez a análise sem avaliar a situação “in loco” e aprovou. Se eu não tenho  
219 algum conhecimento específico que eu possa apontar ali, esse material vai vir sempre pronto  
220 e vamos apenas referendar como disse o Reginaldo. Aquilo foi uma situação complexa.  
221 Havia uma realidade paralela que na verdade nem existia. Ninguém tinha registro dos postos.  
222 Através da visita talvez a gente tivesse outro nível de discussão na hora de debater no  
223 comitê. O conselheiro Eduardo comentou dizendo que quando a gente não conhece o plano  
224 de bacia e este plano é deficiente em vários itens. Precisamos conhecer melhor o nosso  
225 Plano de bacia. Na seqüência passou-se para o 5º item da reunião: Comentários e  
226 alinhamento da CTOC com relação à agenda de reuniões sobre a Implementação da  
227 cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia, Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG).  
228 Segundo ele, na verdade não foi um alinhamento da CTOC porque ainda não fizemos  
229 nenhuma reunião para poder discutir isso. A semana passada tivemos uma reunião, inclusive  
230 o Gustavo participou como GT para definir a metodologia e valores de PPU como um todo. O  
231 IGAM convocou uma reunião com todos coordenadores e presidentes para discutir um plano

232 de ações e de como cada comitê iria trabalhar para definição da metodologia. A Thaís definiu  
233 muito bem. Vamos ter uma reunião no dia 7 de maio. Todos da CTOC receberam a  
234 convocação. Uma reunião conjunta com apresentação muito parecida como a de hoje, mas é  
235 para definir o plano de ação e de como nós vamos discutir a metodologia como um todo. Está  
236 na fase inicial, no âmbito dos comitês. Tudo vai ser discutido no âmbito da CTOC do GD2.  
237 Não precisa ficar preocupado. Não vai ser nada pronto. Cada comitê tem suas questões  
238 pontuais. A tendência é utilizar a mesma metodologia e os mesmos valores para toda bacia.  
239 Mas nada impede de ser esse entendimento diferente e estabelecer procedimentos  
240 diferentes. Prosseguindo a reunião, o Presidente Gustavo passou para o 6º item da reunião:  
241 Deliberação Normativa Nº 32 da Recomposição da CTOC – Câmara Técnica de Outorga e  
242 Cobrança com a deliberação de integração de dois novos membros. O Presidente pediu para  
243 o auxiliar administrativo para fazer a leitura dos nomes dos dois proponentes às vagas da  
244 CTOC: Paulo Henrique Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí) e Robson Rodrigues  
245 Carneiro (LafargeHolcim Brasil S.A). Em seguida, solicitou a votação para a aprovação dos  
246 nomes para as vagas da CTOC à plenária que foi feita por unanimidade. Prosseguindo a  
247 reunião, passou-se para o 7º item proposto pelo Presidente Gustavo Alvarenga Rodrigues:  
248 Discussão sobre a obrigatoriedade de que sejam realizadas visitas técnicas, pela CTOC, nas  
249 localidades dispostas nos processos de outorga, que forem encaminhados para deliberação  
250 do Comitê de Bacia Vertentes do Rio Grande. O Presidente Gustavo iniciou explicando que já  
251 existem Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH GD1, CBH PCJ e outros) atuando desta forma,  
252 que através de visita técnica podem colocar condicionantes ou solucionar melhor as situações  
253 da localidade. Que o PCJ, além da Câmara Técnica completa, um membro da SUPRAM, do  
254 IGAM também vão. O coordenador da CTOC, Deivid Lucas (FIEMG) iniciou dizendo que à  
255 época quando houve a recomposição da CTOC, não tínhamos um regimento Interno  
256 detalhado de qual era o papel da Câmara Técnica. Eu peguei como referência o Regimento  
257 Interno do Comitê do Rio das Velhas e a nossa DN Nº 27, de 2019. Um dos parágrafos  
258 mencionava que havendo necessidade, haverá uma vistoria e visita técnica ao  
259 empreendimento. Na época os membros acharam melhor excluir esse artigo porque não tinha  
260 necessidade de se fazer uma vistoria. Em alguns comitês boa parte dos processos tem uma  
261 visita técnica ao empreendimento para entender o processo. Fazem apresentações, vamos a  
262 campo. Só que na maioria delas a gente não consegue visualizar nada, só projeto. Por se  
263 tratar de outorga de grande porte, é um projeto que vai ser instalado. Eu acho totalmente  
264 desnecessária a visita. É claro que havendo necessidade em situação muito pontual nada  
265 impede de se realizar a visita. Deixando claro que cabe a empresa nos receber ou não. Não  
266 tem nenhuma questão legal que obriga a empresa a receber este tipo de visita. Eu tenho essa  
267 preocupação: primeiro na maioria das vezes não acrescenta em nada e segundo acaba  
268 identificando coisas que não cabem no processo. O conselheiro Gustavo relatou que você  
269 não levou em consideração que o registro fotográfico é imprescindível. As imagens do antes e  
270 o depois. Ter um registro fotográfico para ficar arquivado no comitê quando formos

271 questionados com alguma situação que o registro fotográfico mostra com muita propriedade e  
272 perfeita clareza. Temos a ferramenta imagem para mim é de suma importância. O  
273 conselheiro Reginaldo se manifestou dizendo que está na mesma linha que o Deivid, não  
274 concorda com a visita técnica. A gente pouco pode utilizar dessas informações porque não é  
275 o foco da outorga. Volto a dizer, a gente tem que pensar no Plano Diretor da bacia. Ele é que  
276 vai dar segurança, base para opinar sobre a outorga. Além do mais, o momento que a gente  
277 vive, a gente não consegue se reunir para tratar de assuntos do próprio comitê para avançar.  
278 Imagine a gente saindo para fazer outorga, a logística disso dificilmente vai acrescentar. Acho  
279 que se tiver que ir, a gente pode deliberar isso na hora e ir. Não há nenhum impedimento. O  
280 conselheiro José Jorge (IGAM) comentou sobre a visita técnica que diferentemente do que o  
281 Eduardo falou, eu sou muito de percepção, da situação local. Tenho a facilidade para  
282 entender os processos. Quando eu consigo visualizar, às vezes, uma dúvida que eu tenho e  
283 que até o consultor tem dificuldade para expor, a gente indo a campo, às vezes, facilita isso  
284 aí. Eventualmente há necessidade de aferir o que está sendo informado. Não é novidade para  
285 ninguém, a qualidade das informações que nós recebemos por parte dos empreendimentos é  
286 muito ruim. Quando você tem a oportunidade de visualizar a situação física facilita bastante o  
287 seu entendimento e, às vezes, é o seu posicionamento posterior. O Presidente Gustavo deu  
288 sua opinião sobre a importância das visitas técnicas para os processos de outorga,  
289 principalmente quando for para rebaixamento de lençóis freáticos, dizendo que é totalmente a  
290 favor de que todos os CBH's façam este trabalho. E frisou que o papel do comitê é discutir e  
291 avaliar detalhadamente estas importantes questões relacionadas a recursos hídricos  
292 principalmente quanto a intervenções em lençóis freáticos fósseis e lençóis freáticos  
293 seculares, porque não existem monitoramentos precisos nestes casos e os danos podem ser  
294 irreversíveis. Para o comitê de bacia hidrográfica a situação de campo é eventual, mas para o  
295 IGAM é obrigatória. E finalizou declarando que satélite não vai te dar informação de campo  
296 em tempo real sobre fauna e flora. E lembrou a respeito da audiência pública da SN. O  
297 conselheiro José Jorge complementou dizendo que a questão da inspeção ou da visita  
298 eventual é para ver recursos hídricos, trabalhar regime, qualidade e quantidade de recurso  
299 hídrico e a outra questão de biota de fato nós não temos que entrar. O conselheiro Matheus  
300 Augusto, representante do segmento do Poder Público Municipal, que atua na Prefeitura  
301 Municipal de Nepomuceno, pediu ao presidente para que deixasse registrada em ata que ele  
302 não concorda com a visita de campo aos empreendimentos de outorga do comitê. E  
303 finalizando o 8º e último item: Assuntos Gerais: não houve exposição de assuntos gerais.  
304 ENCERRAMENTO: finalizando a reunião, o Presidente Gustavo comentou dizendo que  
305 espera contar com a presença de todos nas próximas reuniões e que tenhamos pautas tão  
306 interessantes como esta. O Presidente Gustavo fez as considerações finais e agradecimentos  
307 aos convidados encerrando a reunião. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo  
308 CBH GD2, lavrei a presente ata, aos 22 de abril de 2021, sendo posteriormente encaminhada  
309 aos membros do Comitê GD2 para aprovação na reunião plenária seguinte.

São João del-Rei, 22 de abril de 2021.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande